



MESA DA ASSEMBLEIA

Presidente: Deputado Adalclever Lopes
1º-Vice-Presidente: Deputado Hely Tarquínio
2º-Vice-Presidente: Deputado Lafayette de Andrada
3º-Vice-Presidente: Deputado Bráulio Braz
1º-Secretário: Deputado Ulysses Gomes
2º-Secretário: Deputado Alencar da Silveira Jr.
3º-Secretário: Deputado Doutor Wilson Batista

SUMÁRIO

1 – PROPOSIÇÕES DE LEI

2 – ATAS

2.1 – Reunião Ordinária da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 18ª Legislatura

2.2 – Reuniões de Comissões

3 – EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

3.1 – Plenário

3.2 – Comissão

4 – PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR

5 – MATÉRIA ADMINISTRATIVA



PROPOSIÇÕES DE LEI

PROPOSIÇÃO DE LEI Nº 23.258

Dá a denominação à escola técnica inscrita no programa Brasil Profissionalizado e localizada no Município de Sacramento.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica denominada Escola Estadual Escritora Carolina Maria de Jesus a escola técnica inscrita no programa Brasil Profissionalizado e localizada no Município de Sacramento.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio da Inconfidência, em Belo Horizonte, 21 de outubro de 2016.

Deputado Adalclever Lopes – Presidente

Deputado Ulysses Gomes – 1º-Secretário

Deputado Alencar da Silveira Jr. – 2º-Secretário

PROPOSIÇÃO DE LEI Nº 23.253

Declara de utilidade pública a Associação da Pessoa com Deficiência de São Lourenço e Região, com sede no Município de São Lourenço.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica declarada de utilidade pública a Associação da Pessoa com Deficiência de São Lourenço e Região, com sede no Município de São Lourenço.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio da Inconfidência, em Belo Horizonte, 21 de outubro de 2016.

Deputado Adalclever Lopes – Presidente

Deputado Ulysses Gomes – 1º-Secretário

Deputado Alencar da Silveira Jr. – 2º-Secretário

PROPOSIÇÃO DE LEI Nº 23.259

Declara de utilidade pública o 88º Grupo Escoteiro Bom Despacho, com sede no Município de Bom Despacho.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica declarado de utilidade pública o 88º Grupo Escoteiro Bom Despacho, com sede no Município de Bom Despacho.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio da Inconfidência, em Belo Horizonte, 21 de outubro de 2016.

Deputado Adalclever Lopes – Presidente

Deputado Ulysses Gomes – 1º-Secretário

Deputado Alencar da Silveira Jr. – 2º-Secretário

PROPOSIÇÃO DE LEI Nº 23.254

Declara de utilidade pública a Associação Passense Protetora dos Animais, com sede no Município de Passos.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica declarada de utilidade pública a Associação Passense Protetora dos Animais, com sede no Município de Passos.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio da Inconfidência, em Belo Horizonte, 21 de outubro de 2016.

Deputado Adalclever Lopes – Presidente

Deputado Ulysses Gomes – 1º-Secretário

Deputado Alencar da Silveira Jr. – 2º-Secretário

PROPOSIÇÃO DE LEI Nº 23.260

Declara de utilidade pública o Centro de Educação Infantil Maria Tereza, com sede no Município de Viçosa.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica declarado de utilidade pública o Centro de Educação Infantil Maria Tereza, com sede no Município de Viçosa.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio da Inconfidência, em Belo Horizonte, 21 de outubro de 2016.

Deputado Adalclever Lopes – Presidente



Deputado Ulysses Gomes – 1º-Secretário

Deputado Alencar da Silveira Jr. – 2º-Secretário

PROPOSIÇÃO DE LEI Nº 23.255

Declara de utilidade pública a Associação das Pessoas com Necessidades Especiais de Riachinho – Apner –, com sede no Município de Riachinho.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica declarada de utilidade pública a Associação das Pessoas com Necessidades Especiais de Riachinho – Apner –, com sede no Município de Riachinho.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio da Inconfidência, em Belo Horizonte, 21 de outubro de 2016.

Deputado Adalclever Lopes – Presidente

Deputado Ulysses Gomes – 1º-Secretário

Deputado Alencar da Silveira Jr. – 2º-Secretário

PROPOSIÇÃO DE LEI Nº 23.256

Declara de utilidade pública a Associação Círculo Orquidófilo dos Lagos – Acol –, com sede no Município de Alfenas.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica declarada de utilidade pública a Associação Círculo Orquidófilo dos Lagos – Acol –, com sede no Município de Alfenas.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio da Inconfidência, em Belo Horizonte, 21 de outubro de 2016.

Deputado Adalclever Lopes – Presidente

Deputado Ulysses Gomes – 1º-Secretário

Deputado Alencar da Silveira Jr. – 2º-Secretário

PROPOSIÇÃO DE LEI Nº 23.257

Declara de utilidade pública a Rockbicho.org – Associação de Proteção Animal, com sede no Município de Belo Horizonte.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica declarada de utilidade pública a Rockbicho.org – Associação de Proteção Animal, com sede no Município de Belo Horizonte.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio da Inconfidência, em Belo Horizonte, 21 de outubro de 2016.

Deputado Adalclever Lopes – Presidente

Deputado Ulysses Gomes – 1º-Secretário

Deputado Alencar da Silveira Jr. – 2º-Secretário

**ATAS****ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA EM 20/10/2016****Presidência do Deputado Ulysses Gomes**

Sumário: Comparecimento – Falta de Quórum.

Comparecimento

– Comparecem os deputados e as deputadas:

Ulysses Gomes – André Quintão – Anselmo José Domingos – Arlete Magalhães – Cabo Júlio – Dalmo Ribeiro Silva – Doutor Jean Freire – Duarte Bechir – Elismar Prado – Fabiano Tolentino – Fábio Avelar Oliveira – Gil Pereira – Inácio Franco – Ione Pinheiro – Isauro Calais – João Leite – Léo Portela – Missionário Marcio Santiago – Roberto Andrade – Rogério Correia – Sargento Rodrigues – Tiago Ulisses – Tony Carlos – Wander Borges.

Falta de Quórum

O presidente (deputado Ulysses Gomes) – Às 14 horas, a lista de comparecimento não registra a existência de número regimental. A presidência deixa de abrir a reunião por falta de quórum e convoca as deputadas e os deputados para a especial de segunda-feira, dia 24, às 20 horas, nos termos do edital de convocação.

ATA DA 13ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 24/8/2016

Às 10h15min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Gil Pereira, Bosco e Glaycon Franco, membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Gil Pereira, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a receber, discutir e votar proposições da comissão. A seguir, comunica o recebimento de ofícios dos Srs. Ricardo de Paula Monteiro e Anderson Ferreira (2), publicados no *Diário do Legislativo* em 5/8/2016. O presidente avoca a relatoria das visitas realizadas em 9/8/16, em Brasília, à Codevasf e ao lançamento do Programa Novo Chico. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte da Ordem do Dia, que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. É recebido, submetido à votação e aprovado o Requerimento nº 6.906/2016, do deputado Gil Pereira, em que requer seja realizada audiência pública para debater a possibilidade de implantação de uma fábrica de silício grau solar em Minas Gerais.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 19 de outubro de 2016.

Bosco, presidente – Glaycon Franco – Dilzon Melo.

ATA DA 10ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 19/9/2016

Às 14h15min, comparece na Sala das Comissões o deputado Paulo Lamac. Havendo número regimental, o presidente, deputado Paulo Lamac, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da

reunião anterior, considera-a aprovada e a subscreve. A presidência informa que a reunião se destina a receber, discutir e votar proposições da comissão e, em audiência pública, debater as contribuições do educador e filósofo brasileiro Paulo Freire para a área da educação, bem como a importância mundial de seu pensamento e obra. A seguir, comunica o recebimento de ofícios dos Srs. Vítor Campos Moura Neves e Siqueira, estudante, publicado no *Diário do Legislativo* de 6/8/2016; e Caio Barros Cordeiro, subsecretário de Assessoria Técnico-Legislativa da Secretaria de Casa Civil (3), publicados no *Diário do Legislativo* de 2 e 5/8/2016. O presidente acusa o recebimento das seguintes proposições, das quais designou como relatores os deputados mencionados entre parênteses: Projeto de Lei nº 3.003/2015, no 1º turno (deputada Celise Laviola), Projeto de Lei nº 1.064/2015, no 2º turno (deputado Paulo Lamac), Projetos de Lei nºs 3.592/2016, no 1º turno, e 2.067/2015, em turno único (deputado Rogério Correia). Comparece à reunião o deputado Rogério Correia. Passa-se à 1ª Fase da 3ª Parte, que compreende audiência pública. A presidência convida a tomar assento à mesa as Sras. Maria José da Silva, pedagoga e membro da associação José Marti e Solidariedade a Cuba; e Rosemere Regina Pacheco, educadora do Teatro Augusto Boal; e os Srs. Padre Henrique de Moura Faria, presbítero da Arquidiocese de Belo Horizonte, do Fórum Político Interreligioso e membro do Conselho das Igrejas Cristãs de Minas Gerais; e Fábio José Alves Garrido, diretor estadual do Sind-UTE, representando a Sra. Beatriz da Silva Cerqueira, presidente da Central Única dos Trabalhadores – CUT Minas. A presidência concede a palavra ao deputado Rogério Correia, autor do requerimento que deu origem ao debate, para suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 19 de outubro de 2016.

Rogério Correia, presidente – Cristiano Silveira – Marília Campos.

ATA DA 21ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 5/10/2016

Às 10h5min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Tiago Ulisses, André Quintão, Arnaldo Silva e Cabo Júlio (substituindo o deputado Vanderlei Miranda, por indicação da liderança do BMM), membros da supracitada comissão. Está presente, também, o deputado Paulo Guedes. Havendo número regimental, o presidente, deputado Tiago Ulisses, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta, receber, discutir e votar proposições da comissão. A seguir, comunica o recebimento de correspondência publicada no *Diário do Legislativo* nas datas mencionadas entre parênteses: ofícios dos Srs. Ronaldo J. G. Roggini, superintendente regional da CEF (15/9/2016); Éderson Mantoan Zoratto, coordenador de Parcerias Estaduais do CNPq, (2), Heberth Percope Seabra, gerente de filial da Caixa Econômica Federal Gigov-BH (22/9/2016) e Fernando Pimentel, governador do Estado (30/9/2016). Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. A Mensagem nº 172/2016 e os Projetos de Lei nºs 1.832, 2.834, 2.461 e 2.514/2015 e 3.482 e 3.502/2016 são retirados da pauta por determinação do presidente da comissão por não cumprirem pressupostos regimentais. Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os seguintes pareceres: pela aprovação, no 1º turno, dos Projetos de Lei nºs 1.026 e 1.934/2015 na forma dos Substitutivos nº 1, da Comissão de Constituição e Justiça (relator: deputado André Quintão). Passa-se à 2ª Fase da 3ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento e a votação de requerimentos da comissão. É recebido pela presidência, para posterior apreciação, o Requerimento nº 7.016/2016, do deputado André Quintão, em que requer seja realizada audiência pública para debater os impactos da Proposta de Emenda à Constituição nº 241, de 2016, nas políticas públicas e nos direitos sociais. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.



Sala das Comissões, 19 de outubro de 2016.

Tiago Ulisses, presidente – Ivair Nogueira – Vanderlei Miranda – Felipe Attiê.

ATA DA 21ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 6/10/2016

Às 14h8min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Cristiano Silveira, Doutor Jean Freire (substituindo o deputado Paulo Lamac, por indicação da liderança do BMM), Rogério Correia (substituindo o deputado Durval Ângelo, por indicação da liderança do BMM) e Sargento Rodrigues (substituindo o deputado Carlos Pimenta, por indicação da liderança do BVC), membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Cristiano Silveira, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a receber, discutir e votar proposições da comissão. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. São recebidos pela presidência, submetidos a votação, cada um por sua vez, e aprovados os seguintes requerimentos:

nº 7.033/2016, do deputado Paulo Lamac, em que requer seja encaminhado ao Comando-Geral da Polícia Militar pedido de providências para receber, em reunião, uma comissão da Associação dos Camelôs, Ambulantes e Trabalhadores Autônomos da RMBH – Acata! – para a entrega de abaixo-assinado que relata as denúncias de abusos cometidos por policiais militares em ações de fiscalização ao comércio de ambulantes nas proximidades da Rua Úrsula Paulino, em Belo Horizonte (registra-se o voto contrário do deputado Sargento Rodrigues);

nº 7.034/2016, do deputado Rogério Correia, em que requer seja formulada manifestação de repúdio ao prefeito de Belo Horizonte pela ausência de políticas públicas abrangendo a questão de moradia para a população de baixa renda;

nº 7.035/2016, do deputado Rogério Correia, em que requer seja realizada audiência pública para debater os impactos da efetivação dos direitos fundamentais no Brasil decorrentes das mudanças do marco regulatório da camada do pré-sal, que reduzirão a arrecadação de recursos pelo Estado advindos da exploração do petróleo sem a participação da Petrobras (registra-se o voto contrário do deputado Sargento Rodrigues);

nº 7.036/2016, do deputado Rogério Correia, em que requer seja realizada audiência pública para debater a proposta de reforma do ensino médio e seus impactos na formação para a cidadania no Brasil (registra-se o voto contrário do deputado Sargento Rodrigues);

nº 7.037/2016, do deputado Paulo Lamac, em que requer seja encaminhado ao Comando-Geral da Polícia Militar pedido de providências para apurar a denúncia feita pela Associação dos Camelôs, Ambulantes e Trabalhadores Autônomos da RMBH – Acata! – sobre os abusos praticados por policiais militares em ações de fiscalização ao comércio de ambulantes nas proximidades da Rua Úrsula Paulino, em Belo Horizonte (registra-se o voto contrário do deputado Sargento Rodrigues);

nº 7.038/2016, do deputado Cabo Júlio, em que requer seja realizada audiência pública para debater as denúncias de agentes socioeducativos de que a Promotoria da Vara Infração da Infância e da Juventude da Comarca de Belo Horizonte, supostamente, perseguiria e abrindo indiscriminadamente processos de apuração contra esses servidores, tendo como base o relato de menores internados por determinação judicial;

nº 7.039/2016, do deputado Rogério Correia e da deputada Marília Campos, em que requerem seja encaminhado às presidências da Câmara dos Deputados e do Senado Federal e aos líderes de bancadas pedido de providências, acompanhado das notas taquigráficas da 20ª Reunião Extraordinária, realizada no dia 22/9/2016, para encaminharem pela rejeição a votação da Proposta de Emenda à Constituição Federal nº 241/2016, haja vista a vedação ao retrocesso de direitos fundamentais;



nº 7.040/2016, do deputado Rogério Correia, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado, à Prefeitura de Belo Horizonte, ao Comando-Geral da Polícia Militar, à Chefia da Polícia Civil, à representação do Fundo das Nações Unidas para a Infância – Unicef – no Brasil, à presidência do Tribunal de Justiça do Estado, à Procuradoria-Geral de Justiça do Estado, à Comissão de Direitos Humanos da OAB-MG e à Ouvidoria de Polícia do Estado pedido de providências, acompanhado das notas taquigráficas e do vídeo exibido na 16ª Reunião Ordinária, realizada em 21/9/2016, para apuração da responsabilidade pela atuação da Polícia Militar, supostamente sem determinação judicial, na retirada forçada de 300 famílias da Ocupação Temer Jamais, em Belo Horizonte; e seja encaminhada cópia da correspondência aos representantes dessa ocupação (registra-se o voto contrário do deputado Sargento Rodrigues);

nº 7.041/2016, do deputado Rogério Correia, em que requer seja encaminhado ao comandante-geral da Polícia Militar pedido de informações sobre as motivações e responsabilidades da atuação da Polícia Militar, supostamente sem determinação judicial, na retirada forçada de 300 famílias da Ocupação Temer Jamais, em Belo Horizonte, indicando os nomes dos policiais envolvidos, o responsável pela ordem de desocupação e apresentando a descrição da quantidade e do custo das balas de borracha e bombas de gás lacrimogêneo que foram empregadas na operação;

nº 7.042/2016, do deputado Rogério Correia, em que requer seja encaminhado ao Comando-Geral da Polícia Militar pedido de providências para a devolução, aos devidos proprietários, dos documentos e pertences apreendidos durante a retirada forçada de 300 famílias da Ocupação Temer Jamais, em Belo Horizonte;

nº 7.043/2016, do deputado Rogério Correia, em que requer seja formulada manifestação de repúdio ao Comando-Geral da Polícia Militar pela atuação da Polícia Militar, supostamente sem determinação judicial, na retirada forçada de 300 famílias da Ocupação Temer Jamais, em Belo Horizonte;

nº 7.044/2016, do deputado Rogério Correia, em que requer seja realizada audiência de convidados com a participação do presidente da ALMG, de membros da Comissão de Constituição e Justiça e de representantes dos principais movimentos de luta pela moradia digna no Estado, para debater a tramitação do Projeto de Lei nº 3.562/2016, que dispõe sobre a mediação de conflitos socioambientais e fundiários rurais e urbanos;

nº 7.045/2016, do deputado Rogério Correia, em que requer seja encaminhado à Prefeitura de Belo Horizonte pedido de providências para cadastrar as famílias da Ocupação Temer Jamais em seus programas habitacionais;

nº 7.046/2016, do deputado Rogério Correia, em que requer seja realizada visita ao Ministério Público Estadual para entregar restos de artefatos recolhidos pelas famílias que foram alvo da atuação da Polícia Militar, supostamente sem determinação judicial, de retirada forçada da Ocupação Temer Jamais, em Belo Horizonte;

nº 7.047/2016, do deputado Rogério Correia, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Direitos Humanos, Participação Social e Cidadania e à Polícia Militar pedido de providências para a proteção das lideranças e dos defensores dos direitos das famílias da Ocupação Temer Jamais, em Belo Horizonte;

nº 7.048/2016, do deputado Rogério Correia, em que requer seja realizada audiência pública para debater os riscos inerentes à retirada forçada de famílias da Ocupação Ariadinópolis, em Campo do Meio.

Às 14h35m o presidente suspende a reunião. Às 18 horas a reunião é encerrada por decurso de prazo regimental.

Sala das Comissões, 7 de outubro de 2016.

Cristiano Silveira, presidente.

**ATA DA 13ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE PARTICIPAÇÃO POPULAR NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 18/10/2016**

Às 14h32min, comparecem na Sala das Comissões a deputada Marília Campos e os deputados Emidinho Madeira e André Quintão (substituindo o deputado Doutor Jean Freire, por indicação da liderança do BMM), membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, a presidente, deputada Marília Campos, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes.

A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a receber, discutir e votar proposições da comissão. A seguir, comunica o recebimento da seguinte correspondência: ofícios do Sr. Fabrício Lima, presidente da Associação Casa do Estudante, em que requer a realização de audiência pública para debater a situação da referida associação, que se encontra ameaçada por demanda judicial da Universidade Federal de Minas Gerais, conforme documentação entregue a esta comissão; e da Mesa da Assembleia, informando que o deputado João Leite abriu mão de sua vaga de membro efetivo na Comissão de Participação Popular. Comunica também o recebimento de ofício do Sr. Caio Barros Cordeiro, chefe da Assessoria Técnico-Legislativa da Secretaria de Casa Civil e Relações Institucionais, publicado no *Diário do Legislativo*, em 7/9/2016. A presidente comunica que, após acordo entre os membros da comissão, o horário da reunião ordinária será permanentemente alterado para 14h30min, às terças-feiras. A seguir, a presidente acusa o recebimento das seguintes proposições, das quais designou como relatores os deputados mencionados entre parênteses: Proposta de Ação Legislativa nº 74/2016, em turno único (deputado Doutor Jean Freire), Proposta de Ação Legislativa nº 75/2016, em turno único (deputado Emidinho Madeira), Propostas de Ação Legislativa nos 73, em turno único, 76, em turno único, e 77/2016, em turno único (deputada Marília Campos), e Proposta de Ação Legislativa nº 72/2016, em turno único (deputado Mário Henrique Caixa).

Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão.

São recebidos pela presidência, submetidos a votação, cada um por sua vez, e aprovados os seguintes requerimentos:

nº 7.078/2016, da deputada Marília Campos, em que requer seja realizada audiência pública para debater a Semana Nacional da Comunicação, atendendo a solicitação do Comitê Mineiro do Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação – FNDC;

nº 7.079/2016, da deputada Marília Campos, em que requer seja realizada audiência pública no Município de Contagem, para debater a reforma do ensino médio;

nº 7.080/2016, da deputada Marília Campos, em que requer seja realizada audiência pública conjunta com a Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária para receber os relatórios com as sugestões populares do processo de discussão participativa do Projeto de Lei nº 3.819/2016, que dispõe sobre a revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental – PPAG 2016-2019 – para o exercício 2017, no dia 10/11/2016, às 17h30min, encerrando-se o processo de discussão participativa desse plano;

nº 7.081/2016, da deputada Marília Campos, em que requer seja realizada audiência pública conjunta com a Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária para debater o Projeto de Lei nº 3.819/2016, que dispõe sobre a revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental – PPAG 2016-2019 – para o exercício 2017, no dia 3/11/2016, às 16h30min, dando-se início ao processo de discussão participativa desse plano;

nº 7.082/2016, da deputada Marília Campos, em que requer seja realizada audiência pública para debater o tratamento dispensado pelo poder público às pessoas que fazem grafismo urbano em Belo Horizonte;

nº 7.083/2016, da deputada Marília Campos, em que requer seja realizada audiência pública para debater as múltiplas violências vividas pelas mulheres negras, agravadas pelo racismo e sexismo no Poder Judiciário;



nº 7.084/2016, da deputada Marília Campos, em que requer seja realizada audiência pública no Município de Contagem para se debaterem os efeitos da PEC 241/2016 na vida dos trabalhadores, em especial os metalúrgicos do Estado, e nos movimentos sociais.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 21 de outubro de 2016.

Marília Campos, presidente.

ATA DA 22ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SAÚDE NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 18/10/2016

Às 15h8min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Arlen Santiago e Geraldo Pimenta, membros da supracitada comissão. Estão presentes, também, a deputada Marília Campos e o deputado Antônio Jorge. Havendo número regimental, o presidente, deputado Arlen Santiago, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a debater, em audiência pública, os desafios enfrentados pelos municípios para a garantia do direito à saúde e para a defesa do Sistema Único de Saúde e a receber, discutir e votar requerimentos. A seguir, comunica o recebimento de ofício do Sr. Leonardo José de Lima, agradecendo à equipe do Hospital Raul Soares pelo atendimento que lhe foi prestado. Comunica também o recebimento de ofícios (2) do Sr. Lisandro Carvalho de Almeida Lima, chefe de gabinete da Secretaria de Saúde, publicados no *Diário do Legislativo*, em 6/10/2016. Passa-se à 1ª Fase da 3ª Parte, que compreende audiência pública. A presidência convida a tomar assento à mesa a Sra. Kátia de Oliveira Rocha, presidente da Federação das Santas Casas e Hospitais Filantrópicos de Minas Gerais – Federassantas, e os Srs. Renato Luís Dresch, desembargador do Tribunal de Justiça, Gilmar de Assis, promotor de justiça e coordenador do Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça da Defesa da Saúde, José Maurício Lima Rezende, presidente do Conselho de Secretarias Municipais de Saúde de Minas Gerais – Cosems-MG –, Gabriel de Almeida Silva Júnior, vice-presidente da Associação Médica de Minas Gerais – AMMG –, Tadahiro Tsubouchi, presidente da Comissão de Direito Sanitário da Ordem dos Advogados do Brasil-Seção MG – OAB-MG –, José Orleans da Costa, secretário Municipal de Saúde de Barbacena –, e Eduardo Generoso, presidente da Associação dos Defensores Públicos de Minas Gerais. A presidência concede a palavra ao deputado Antônio Jorge, autor do requerimento que deu origem ao debate, para suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, em 19/10/2016, às 15 horas, e para a extraordinária, em 20/10/2016, às 9 horas, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 19 de outubro de 2016.

Arlen Santiago, presidente – Carlos Pimenta – Doutor Jean Freire – Geraldo Pimenta.

**EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO****EDITAL DE CONVOCAÇÃO****Reunião Especial da Assembleia Legislativa**

O presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, no uso da atribuição que lhe confere o art. 82, XVII, do Regimento Interno, convoca reunião especial da Assembleia para as 20 horas do dia 24 de outubro de 2016, destinada a comemorar o Outubro Rosa.

Palácio da Inconfidência, 21 de outubro de 2016.

Adalclever Lopes, presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO**Reunião Extraordinária da Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia**

Nos termos regimentais, convoco a deputada Celise Laviola e os deputados Douglas Melo, Dalmo Ribeiro Silva e Rogério Correia, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 24/10/2016, às 16 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de receber, discutir e votar proposições da comissão, de, em audiência pública, debater os impactos da aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 241/2016, em trâmite no Congresso Nacional, na educação pública em Minas Gerais e de receber e votar requerimentos.

Sala das Comissões, 21 de outubro de 2016.

Paulo Lamac, presidente.

**PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR****58ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA****Discursos Proferidos em 18/10/2016**

O deputado João Leite* – Querido amigo, pessoa das mais respeitadas e honradas desta Assembleia Legislativa, meu amigo particular, Dr. Hely, dirijo-me a V. Exa. e a muitos colegas desta Casa, que são médicos. Hoje é o Dia do Médico, figura tão querida pela nossa sociedade. Então, na figura do Dr. Hely Tarquínio, faço uma homenagem a todos os médicos de Minas Gerais. Ele é um exemplo daquele médico de família, daquele médico que tem o consultório nas ruas das cidades, atendendo de forma independente as pessoas, sem acepção de pessoas. O Dr. Hely é, sem dúvida, a representação máxima da profissão, do sacerdócio do médico. Meu amigo, depois de conviver com você por tantos anos, quero falar da minha admiração, do meu respeito, não apenas como parlamentar. Aqui, nesta Casa, já há muitos anos, com seus mandatos, V. Exa. vem cumprindo o seu papel de maneira respeitosa e contribuindo de forma notável com este Parlamento. Dr. Hely, lembro-me dos anos em que foi meu líder, o líder da oposição na Assembleia Legislativa, líder corajoso. V. Exa. nos chamou a atenção em tantos momentos da história brasileira e mineira. É um pesquisador, pensador, pessoa que tem contato com as classes mais humildes da população brasileira. Lembro-me daqueles momentos em que V. Exa. nos alertava para a fase grave que o Brasil vivia. V. Exa. defendeu com todo o ardor o Plano Real e nos levou – nós, seus liderados – também a defender o Plano Real, a Lei de Responsabilidade Fiscal. V. Exa. viu antes a importância do Plano Real para a vida dos brasileiros. Ao homenageá-lo aqui, nesta tarde, quero ainda homenagear todas os seus colegas médicos espalhados por esta Minas Gerais, nos rincões, no Norte, no Noroeste, no Sul, no Jequitinhonha, no Mucuri, em São Mateus; na sua Patos de Minas, tão

amada por você; em Lagoa Formosa, tão querida; lá em Presidente Olegário, região em que V. Exa. é reconhecido por alguém que atende a todos.

Nas ruas, são as informações que tenho. V. Exa. atendendo nas ruas das nossas cidades. Deputado Hely Tarquínio é exemplo para este Parlamento, é exemplo para Minas Gerais, é exemplo para carreira de médico e médica neste estado. V. Exa. foi secretário de Saúde no Estado de Minas Gerais, emprestando seu conhecimento, emprestando seu amor, sua emoção constante no atendimento ao mais carente. O deputado Hely Tarquínio é médico da maioria da população de Minas Gerais que é carente. V. Exa. atendeu e atende a população carente do Estado. Impressiona-me, depois dos anos vividos, que V. Exa. ainda permaneça com todo entusiasmo, com toda garra. Em momento algum, meu amigo, ouvi-o dizer: “Estou pensando em me aposentar”. No vocabulário do meu amigo Dr. Hely não existe, deputado Ivair Nogueira, essa palavra “aposentar”. Ele continua cada vez mais atuante, continua nas ruas, continua nas estradas, parando muitas vezes no meio do caminho, encontrando-se com os amigos, encontrando-se com os pacientes (alguns impacientes) que ele tem tratado durante a sua vida. Deixo a minha homenagem a esse médico.

Queria aproveitar para homenagear também os médicos públicos do Estado de Minas Gerais, aqueles que atendem no Sistema Único de Saúde. O sonho de todos nós, brasileiros, é a universalização do atendimento à saúde. Independentemente do município, independentemente da religião, independentemente da cor, todos têm direito ao atendimento médico. Homenageio os médicos e as médicas do SUS no Dia do Médico. Vocês merecem nosso reconhecimento, vocês, médico e médica, que estão no Programa de Saúde da Família e que visitam essas famílias nos nossos aglomerados, visitam as nossas famílias nas nossas favelas, nas nossas vilas. Esperamos que atendam também nas nossas ocupações, naqueles lugares que ainda não estão identificados pelas prefeituras. A criança, o idoso, a mulher e o homem que estão hoje em uma ocupação têm o direito ao SUS, ao atendimento do SUS. Homenageio vocês, mulher, homem, médico, médica que atendem no Programa de Saúde da Família, que atendem lá na unidade básica de saúde, porta de entrada ao atendimento médico. Vocês, médico e médica, que estão nas nossas UPAs dando atendimento a nossa população. Homenageio os nossos médicos, as nossas médicas, os nossos diversos hospitais.

Deputado Doutor Wilson Batista, também o homenageio. V. Exa. tem um trabalho reconhecido nesta Casa, apresentando legislações importantes para a saúde do Estado de Minas Gerais. Homenageio também o médico e a médica que estão lá na urgência e emergência. No nosso Hospital João XXIII, homenageio o Dr. Domingos André, chefe da cirurgia desse hospital. Dada a centralidade dos nossos médicos, homenageio todos os médicos e médicas do João XXXIII.

Lá no trauma, na ala dos queimados, que é referência, homenageio o Dr. Edgar Tom Back, a quem deixo um grande abraço. Lá ele atende os que chegam numa situação difícil ao Hospital João XXIII. A pessoa que lá chega queimada tem um atendimento de excelência por aquele médico na ala de queimados Professor Ivo Pitaguy, médico que empresta o nome àquela ala do hospital.

Faço uma homenagem, também, querido líder Bonifácio Mourão, às nossas médicas e aos nossos médicos do Hospital João XXIII, referência no atendimento à cidadã e ao cidadão de Minas Gerais picados por animal peçonhento. É a nossa referência no Estado. Deputado Mourão, temos de homenagear todos os médicos e médicas, especialmente àqueles que atendem ao nosso público, que estão no SUS atendendo à maioria da nossa população, que é muito carente.

Com muito prazer, concedo aparte ao meu líder, a essa referência no Estado de Minas Gerais, deputado Bonifácio Mourão.

O deputado Bonifácio Mourão (em aparte)* – Deputado João Leite, V. Exa. faz uma abordagem oportuna ao Dia dos Médicos e presta-lhes justas homenagens.

Nós, que lemos a Bíblia, assim como V. Exa., gostamos muito da obra *Médico de homens e de almas*. Aos médicos de homens, V. Exa. presta-lhes justas homenagens, inclusive estamos sendo presididos por um grande médico de Minas Gerais, Dr. Hely Tarquínio. Mas há os homens médicos de almas também. Entre eles, com muita justiça, nós o consideramos assim: um verdadeiro médico de almas. V. Exa. convive conosco, e eu particularmente, que convivo com V. Exa. há cerca de 20 anos, vejo na sua imagem um verdadeiro exemplo de parlamentar, um homem íntegro, correto, religioso, dedicado inteiramente ao seu trabalho, preparado ao



longo de todos os tempos. Então, dou aqui este testemunho. Rendo, junto de V. Exa., a homenagem justa a todas as médicas e médicos de Minas Gerais, mas quero também fazer-lhe justiça pelo exemplo de caráter, de trabalho que, ao longo dos tempos, V. Exa. tem dado aqui nesta Casa.

O deputado João Leite* – Muito obrigado, deputado Mourão. Realmente, deputado, este é um dia especial para todos nós. Queremos e devemos neste país retomar o respeito e o protagonismo, a centralidade do médico e da médica brasileira. Queria reconhecer minha cidade, Belo Horizonte, como um polo de ensino da medicina muito importante, com nossas diversas escolas, faculdades, universidades e, especialmente, a possibilidade do exercício de residência nos nossos diversos hospitais, que têm preparado médicas e médicos, que têm ajudado muito na nossa saúde.

As últimas pesquisas, deputado Mourão, deputado Hely Tarquínio, a quem estou homenageando nesta tarde, colocam em primeiro lugar a saúde como preocupação da população de Minas Gerais e de Belo Horizonte. Minas, deputado Hely Tarquínio, nos últimos 14 anos ficou em 15º lugar em repasse da saúde para o atendimento da nossa população. Logo Minas Gerais, com seus 853 municípios; logo Minas Gerais, com 25% da malha rodoviária federal, que ocasiona muitos acidentes, com necessidade de atendimento médico de urgência e emergência. V. Exa. conhece essa situação.

Vejo agora o nosso querido deputado Dr. Antônio Jorge. Gostaria de homenageá-lo. Ele foi também nosso secretário de Saúde do Estado de Minas Gerais.

Queria homenagear, e já o fiz, os nossos médicos e médicas das unidades de pronto atendimento – UPAs. Temos de lembrar do nosso querido Hospital Odilon Behrens, que tem ao lado uma UPA.

Aqui, na figura do Dr. José Luiz, grande médico do hospital Odilon Behrens, faço uma homenagem a todas as médicas e todos os médicos daquele hospital, em que é atendida, Dr. Hely Tarquínio, a maioria da população não apenas de Belo Horizonte, mas de nossa região metropolitana. Esse hospital merece nosso reconhecimento. E abraço também, pelo seu dia, o Dr. Geraldo Pimenta, médico preocupado com a maioria de nossa população, que é carente.

Termino minha manifestação, nesta tarde, dirigindo os meus mais efusivos cumprimentos a esse amigo que conheço há mais de 20 anos, com quem, neste Parlamento, convivi. Sei da responsabilidade e do compromisso do Dr. Hely Tarquínio com a maioria da população de Minas Gerais. Por isso ele está aqui representando essa população, representando o nosso povo pobre. Meu irmão, meu amigo Hely Tarquínio, receba, em sua figura, a homenagem a todas as médicas e a todos os médicos de Minas Gerais. V. Exa. é um professor a quem toda médica e todo médico devem seguir como exemplo; o médico da clínica na rua, atendendo qualquer uma e qualquer um. Parabéns às médicas e aos médicos na figura do Dr. Hely Tarquínio, esse médico que é exemplo. Muito obrigado.

O presidente (deputado Hely Tarquínio)* – Agradeço ao ilustre deputado João Leite, que é um exemplo para todos nós de político, de cristão, de pai de família e agora também como candidato à prefeitura. Que Deus o abençoe. Agradeço-lhe emocionado, porque você me tornou maior, não mereço tanto. Muito obrigado. Quero dar-lhe um abraço fraternal.

* – Sem revisão do orador

O deputado Rogério Correia* – Sr. Presidente Hely Tarquínio, deputadas e deputados presentes, hoje me inscrevi – e precisava ser hoje – para falar sobre uma emenda à Constituição votada em 1º turno, em Brasília, e que está infelizmente para ser votada, a toque de caixa e rapidamente, na capital federal em 2º turno. Infelizmente, o presidente do DEM convocou, com urgência, a votação em 2º turno. No 1º turno, essa PEC teve a aprovação massiva dos deputados federais, até do PSDB. Aproveito para falar isso hoje, Dia do Médico. Em vez de fazerem uma homenagem aos médicos e ao SUS, uma homenagem sincera, todos os deputados tucanos votaram a favor da PEC nº 241.

Homenagem sincera ao Dia dos Médicos e à saúde seria encaminhar contra a PEC nº 241, porque ela, Sras. e Srs. Deputados, já é chamada a PEC da Morte, que vai exterminar as políticas sociais do Brasil, particularmente o SUS. Até hoje, não vi ninguém do PSDB levantar-se para defender a saúde e para falar contra essa emenda constitucional maldita, que retira as garantias



constitucionais que criaram o SUS no Brasil. Para se ter uma ideia do que digo, se essa PEC estivesse sendo aplicada desde 2003 na saúde pública no Brasil, teríamos um prejuízo em torno de R\$51.100.000.000,00. Isso seria o que teríamos a menos no SUS. Dr. Antônio Jorge sabe muito bem do que estou falando. Teríamos R\$51.000.000.000,00 a menos na saúde com a PEC nº 241, de 2003 até hoje.

Pergunto a quem é médico ou militante da saúde: teríamos condições de ter criado o SUS com R\$51.000.000.000,00 a menos? Sem ter o mínimo constitucional garantido? Com certeza, não teríamos o SUS. Não teríamos condições de ter expandido aquilo que era anteriormente: saúde para apenas quem era assegurado, com carteira de trabalho ou funcionário público, no sistema de saúde nacional. O que criou o SUS foi exatamente a possibilidade da vinculação da receita, porque ano a ano pudemos expandir centros de saúde, fazer o Mais Médicos, o programa de saúde bucal, quase todos os programas que avançaram após a década de 1980, especialmente após a eleição do presidente Lula e da presidenta Dilma, quando a saúde passou a ser de todos. Antigamente, no Brasil – muitos se lembram –, existiam os centros de saúde caindo aos pedaços, quando existiam. E o que havia lá, para fazer uma lembrança do passado, era a Cibalena, para dar a quem tinha algum tipo de dor de cabeça. Isso num sistema de saúde!

É claro que o SUS precisa avançar e muito, mas o que falta a ele é recurso. Agora vamos tirar o recurso e congelá-lo por 20 anos? Veio aqui alguém do PSDB dar os parabéns aos médicos. Que parabéns o quê! Parabéns é fazer com que, de fato, essa PEC nº 241 não se estabeleça agora nem nunca no Congresso Nacional. O presente que temos de dar aos médicos é votar contra a PEC nº 241. Como podem vir aqui comemorar o Dia dos Médicos com essa PEC lá, e com os deputados do seu partido votando favoravelmente?

Sinceramente, isso não é parabéns; é facada pelas costas. O médico recebe os parabéns aqui, e depois cortam o dinheiro do SUS, Doutor Wilson Batista? Imagina que parabéns é esse, quando todos os deputados desse partido vão votar para acatar a PEC nº 241. Isso não é parabéns. É a mesma coisa de eu vir aqui no Dia dos Professores dar parabéns aos professores, com o meu partido votando a favor dessa PEC, que significa acabar com a verba da educação e congelá-la por 20 anos. Isso é falsidade. É como se o deputado Sargento Rodrigues viesse aqui dar parabéns aos militares, e depois todo o seu partido votar contra os militares, sendo a favor da PEC nº 241. Que parabéns é esse, se lá estão traindo, retirando o dinheiro da segurança pública, da educação, da saúde, da assistência social? É isso que está acontecendo em Brasília. Essa PEC nº 241 existe exatamente para a retirada desses custos sociais.

Por isso é que eu peço, mais uma vez, a todos os partidos políticos aqui representados: façam uma força na Assembleia Legislativa, em seus partidos, para encaminhar contrariamente à votação da PEC nº 241. O governo tem feito isso em Brasília, dizendo que é a PEC dos gastos. Ela não é a PEC dos gastos, é a PEC que vai acabar com o investimento da educação e da saúde. Sejamos pelo menos sinceros. O PPS fez um papel bonito, a maioria votou contrariamente à PEC nº 241; a maioria do PDT também votou contra; o PT votou todo contra. Agora, sinceramente, o PSDB, que é o artífice disso, não está credenciado a dar parabéns ao povo da saúde, nem aos professores.

Ele não tem o menor credenciamento para parabenizar. Se quisesse parabenizar, não aprovaria essa emenda constitucional, que não será ruim apenas para a educação e para a saúde. Dei os dados da saúde, 51 bilhões a menos. No caso da educação, seriam 60,07 bilhões. Mas sabem quem foi o precursor dessa PEC? Foi o Aécio Neves, o Anastasia e o PSDB, quando aqui fizeram aquele acordo no Tribunal de Contas, em que não se precisava investir o mínimo. Lembram? O Tribunal de Contas fez o TAG, em que não seria preciso aplicar o percentual mínimo na educação. Rasgaram a Constituição. Agora vão mudar a Constituição. O precursor é Aécio Neves, foi ele que bolou essa ideia maligna de que não precisava ter investimento.

Alguns podem falar para eu deixar de ser demagogo, porque não sabem qual seria a outra solução. Então, eu trouxe uma solução. Vou pedir aos deputados federais do PSDB e do DEM que pensem bem. Vocês sabem que existe a Bolsa Empresário? A pequena burguesia e os ricos não gostam do Bolsa Família, dizem que é para alimentar vagabundo, para vagabundo tomar cachaça. É assim que falam. As madames falam que não pode ter Bolsa Família, que é dar dinheiro para vagabundo ficar em casa. Mas Bolsa



Empresário pode. A Bolsa Empresário, em 2017, custará 224 bilhões. São os subsídios dados aos empresários. Sabem quanto será cortado em 2017 do orçamento da Bolsa Empresário? Nenhum centavo. A Bolsa Empresário é intocável, mas, na educação dos pobres, na saúde dos pobres, na segurança dos pobres, aí se toca, aí se corta e isso acaba. É o que vai acontecer, vai acabar.

Falei da Cibalena no posto de saúde. É claro que tem aí um exagero nostálgico, mas havia poucos postos de saúde, e eles eram uma miséria. O deputado Antônio Jorge se lembra disso. Melhorou muito, embora ainda tenha que melhorar muito. Hoje há vacinação em massa, atendimentos mais complexos – não é, Doutor Wilson? Melhorou bastante. Na educação, que é a minha área, é a mesma coisa. Quando eu era estudante e saí do primário da Escola Melo Viana, fiz exame de admissão, que os mais novos não conhecem. Não passávamos do primário direto para o ensino fundamental, precisávamos fazer uma prova para entrar no ensino fundamental público. Eu fiz a prova, fui aprovado e consegui entrar no Estadual Central, mas vários não entraram. E, para aquele que não conseguia, ou o pai pagava uma escola particular de ensino fundamental, que na época era chamado de ginásio, ou ele parava de estudar. Quem era do interior precisava vir para cá para fazer o ginásio.

As escolas não eram para todos. Elas passaram a ser para todos a partir do momento em que colocamos na Constituição que haveria o mínimo constitucional. Aí a escola pública pôde ser para todos, e hoje há vaga para todos. Estávamos avançando até o ensino superior, onde negros e pobres passaram a fazer parte também das escolas de 3º grau no Brasil, pois isso não acontecia. Esse foi um avanço conquistado com muita luta nossa nas décadas de 1970, 1980 e 1990. Não fosse essa luta, não teríamos esse tipo de estado que fornece aos mais pobres a condição de estudar e ter acesso à saúde. Foi muita luta, foi difícil. Eu mesmo fui a Brasília inúmeras vezes, como professor e sindicalista, e assim iam todos, e conquistamos isso na Constituição.

Agora, após ser dado um golpe no Brasil, a maioria que está lá cisma e reforma a Constituição sem nenhum debate público com a sociedade. O que está acontecendo é um estado de exceção. Os direitos estão sendo retirados. Depois virá a retirada de direitos da previdência e da aposentadoria, o que já está anunciado. Ou seja, o Brasil passará a ser o Brasil em que 1/3 da sociedade terá acesso à educação, à saúde, à segurança e à previdência. Os demais, deputados e deputadas, não terão esse acesso. O congelamento é para 20 anos. São duas gerações de brasileiros que não terão direito à continuidade dos avanços da educação e da saúde. É a contramão de todo o Estado brasileiro.

Então, Sr. Presidente, faço aqui um apelo veemente aos deputados e deputadas, independente dos partidos, para que pressionem os deputados federais – aqueles com quem têm dobradinha – porque depois eu não quero ver deputados de partidos que votaram em massa nessa PEC nº 241 virem aqui falar de saúde pública, educação e fazer demagogia.

O deputado Cristiano Silveira (em aparte)* – O tema que V. Exa. apresenta aqui é gravíssimo e sério. Estudo recente apresenta análise de que, se a PEC estivesse em vigor nos últimos 15 anos no Brasil, o salário-mínimo hoje não teria como referência os R\$880,00, seria em torno de R\$400,00. Sabemos que a política de reajuste do salário-mínimo foi importante para a distribuição de renda e para o crescimento do nosso país.

Pedi aparte, deputado, para fazer um registro. No último sábado, na minha cidade, São João del-Rei, ocorreu um episódio, um assalto a um supermercado da cidade, no Bairro Fábricas, Doutor Wilson, onde os policiais entraram em confronto com os bandidos, os assaltantes. Assaltantes do Estado do Rio de Janeiro fizeram oito reféns dentro do supermercado Monte Rey. A polícia conseguiu fazer o cerco ao supermercado. Houve troca de tiros e dois policiais ficaram feridos, o 3º-Sgt-PM Leomar Francisco Pereira e o 2º-Ten. Jackson Batista Neri, que bravamente entraram em conflito com esses bandidos. Depois a polícia conseguiu, por meio de negociação, a libertação dos reféns e, por fim, que os assaltantes se entregassem. Recolheram, nessa operação, armas e cerca de R\$70.000,00.

Faço esse aparte, deputado, para fazer uma homenagem, claro, aos médicos, pelo seu dia – aos nossos amigos aqui, na Casa, que são médicos. Mas eu não poderia deixar de fazer um registro da atuação organizada, da atuação precisa, da atuação competente do batalhão de Polícia Militar de São João del-Rei, da nossa região, que conseguiu tanto libertar os reféns, sem que

nenhum saísse machucado, quanto os profissionais, com ferimentos leves. Homenageio todos os policiais que estiveram envolvidos nessa operação, em especial o 3º-Sgt. Leomar Francisco Pereira e o 2º-Ten. Jackson Batista Neri. São aqueles policiais que nos fazem ter orgulho da Polícia militar do nosso estado. Obrigado, deputado.

O deputado Rogério Correia* – Pois não, deputado Cristiano Silveira. Quero também, terminando, fazer agora, sim, uma homenagem sincera aos médicos, aos médicos que constroem o SUS neste país – o Serviço Único de Saúde – com muito sacrifício, porque sabem que esse é o serviço que chega à população mais pobre. São os médicos que se dedicam a uma atividade tão nobre, mas tão difícil, e a gente tem sempre muito carinho com eles; o mesmo carinho que eles têm com o nosso povo.

E queremos nós aqui, todos, todo brasileiro e brasileira, numa homenagem sincera aos médicos, fazer uma enorme pressão no Congresso Nacional contra a PEC nº 241; que cada cidadão pense hoje nos médicos e remeta aos deputados federais pelo menos uma mensagem solicitando a eles que, na segunda-feira, na terça-feira, pensem bem e não votem na PEC nº241, porque ela será também a destruição de carreiras brilhantes, porque nós teremos também menos médicos, nós teremos menos pessoas atendidas, nós teremos um Brasil pior e mais desigual. Que esses médicos hoje homenageados também pensem nas suas professoras, que não poderão receber o piso salarial, que conquistaram. Se essa PEC for aprovada, não será de fato consubstanciada, porque os recursos não serão suficientes para isso.

Então, Sr. Presidente, o desejo maior que podemos fazer em relação aos médicos, nesse seu dia, inclusive ao deputado Hely Tarquínio, nosso grande médico aqui da Mesa, a homenagem que fazemos é também solicitar aos deputados federais que votem contra a PEC nº 241, mantenham a saúde pública em evidência, assim como a educação pública e a segurança pública. O Estado brasileiro, em que há muitos pobres, não pode ser sucateado em favor do pagamento de juros para banqueiros. Mexam na bolsa empresário e deixem a bolsa dos pobres, que é o SUS e a educação pública, quieta e crescendo, que é a vontade dos brasileiros. Obrigado.

O deputado Geraldo Pimenta* – Sr. Presidente, membros da Mesa, deputados, deputadas, servidores da Casa, pessoal das galerias, boa tarde a todos, mineiros e mineiras.

Quero, inicialmente, saudar os 50 mil médicos de Minas Gerais, a Associação Médica de Minas Gerais, o Sindicato dos Médicos de Minas Gerais e o Conselho Regional de Medicina, entidades que lutam pela melhoria das condições de saúde na nossa Minas Gerais em defesa dos médicos e dos trabalhadores da saúde.

Quero, meus amigos, neste momento, manifestar também a minha preocupação com a PEC nº 241, essa PEC da morte que desmonta a rede de proteção social neste país. É muito preocupante, neste momento de crise, cortar gastos que impactam na saúde pública e nas pessoas mais pobres.

Quero deixar, nos anais desta Casa, um texto de Temporão, ex-ministro da Saúde, para denunciar a gravidade dessa PEC nº 241. Vamos à leitura. (– Lê:)

“Subfinanciado desde a sua criação, o Sistema Único de Saúde, que completa 26 anos este ano, já tinha a sua sustentabilidade ameaçada pelas transformações que o País passa: um acelerado envelhecimento da população, acompanhado do aumento da prevalência de doenças crônicas, a demandar tratamentos prolongados e dispendiosos.

A PEC 241, que congela os gastos públicos por 20 anos, apenas agrava o problema, com a perspectiva de perda real de recursos, avalia o médico José Gomes Temporão, ex-ministro da Saúde. Aprovada na Câmara dos Deputados em 1º turno, a proposta deve ir à segunda votação no Plenário da Casa. Para diminuir resistências parlamentares à aprovação, o deputado Darcísio Perondi, relator, combinou com o governo uma mudança no projeto. O congelamento dos recursos da saúde e da educação começaria não em 2017, como previa o texto inicial, mas em 2018. Além disso, o novo relatório estabelece que a base de cálculo do piso da saúde em 2017 será de 15% da receita líquida, e não de 13,7%, como previsto inicialmente.



Mesmo com o alívio no primeiro ano, é prevista uma perda acumulada de centenas de bilhões de reais ao longo dos 20 anos de vigência. Essa decisão do Congresso é uma condenação de morte para milhares de brasileiros que terão a saúde impactada por essa medida irresponsável. Estamos falando de fechamento de leitos hospitalares, de encerramento de serviços de saúde, de demissões de profissionais, de redução do acesso e do aumento da demora no atendimento. Para o ex-ministro, o País renuncia ao seu futuro ao sacrificar a saúde e a educação no ajuste fiscal.

Se existe um problema macroeconômico a ser enfrentado, do ponto de vista dos gastos públicos, há outros caminhos. Mas este governo não parece disposto a enfrentar a questão da reforma tributária. Temos uma estrutura tributária regressiva no Brasil que penaliza os trabalhadores assalariados e a classe média, enquanto os ricos permanecem com seus privilégios intocados.”

Então, meus amigos, a PEC nº 241 desmonta a rede de proteção social neste país. Quero dizer que esse ex-ministro defende uma reforma tributária que taxe as grandes fortunas, que taxe o capital, que taxe os juros, que taxe os mais ricos como forma de resolver a questão do subfinanciamento da saúde. E é isso também que a gente defende, é essa a alternativa mais viável para resolver os agravos à saúde pública que o Brasil enfrenta. Muito obrigado.

O deputado Antônio Jorge* – Prezados deputados, público que nos acompanha, também faço presença nesta tribuna para comentar a nossa brutal discordância da PEC nº 241.

Faço parte de um campo político que tem uma história de responsabilidade: a responsabilidade da justiça fiscal, a responsabilidade de que os governos não devem gastar mais que arrecadam. E a intencionalidade da PEC nº 241 na direção da correção do desequilíbrio fiscal é louvável, elogiável, mas há muitas formas de buscarmos o equilíbrio fiscal sem o sacrifício das conquistas sociais.

A nossa concordância com a atitude do governo federal, com a bancada majoritária do governo Temer em corrigir os descaminhos que foram criados pelo governo passado na economia merece aplauso, mas para por aí. A nossa discordância com a PEC nº 241, que tem me valido, deputado Sargento Rodrigues, muita incompreensão e muitas críticas do meu campo político, pela minha discordância, pela minha coragem de discordar da atitude do nosso campo político, é porque não estão sendo reveladas à população as consequências nas áreas sociais da saúde e da educação, principalmente.

Vejam os senhores e as senhoras: a questão é singela. Aliás, não é nem elogiável, do ponto de vista do governo, porque essa é uma obrigação inequívoca dos governos. Não se pode gastar mais do que se arrecada. Temos uma Lei de Responsabilidade Fiscal que já prevê isso e foi o principal motivo do *impeachment* da presidente Dilma. Gastou mais do que devia, sem autorização do Congresso.

Mas vejam os senhores: na tentativa de corrigir – e aí, na minha visão, de uma forma simplista e preguiçosa – a complexa equação, vamos passar a régua na despesa e, de forma linear, como se não houvesse em nossa Federação iniquidades tributárias, iniquidades funcionais e principalmente os privilégios do andar de cima, vamos consertar a equação: receita menos despesa é igual a zero. Mas vamos mexer só na metade da equação, só na despesa e de forma linear.

Estranha-me muito ver pessoas que militaram, transitaram pelo ambiente da saúde e da educação serem a favor da PEC. É comum agora no debate, mais uma vez, como aconteceu também no *impeachment*, binarizado por duas posições do campo político, como se não houvesse posições intermediárias, uma crítica. Se se critica a PEC é porque se está no outro campo.

Não se trata disso, mas de reconhecer que existem nuances, que existem modos de fazer em que divergimos frontalmente da proposta da PEC nº 241. Na equação receita e despesas, ao elencar somente a despesa como a preocupação do atributo da PEC nº 241, desconsideramos imensas oportunidades de elevar a receita e equalizar de forma justa. Foi dito aqui pelo deputado Rogério Correia que a Bolsa Empresário – que, aliás, triplicou nos anos do governo petista – representa dois orçamentos da saúde. Renúncias tributárias de várias cadeias produtivas, negociadas na calada da noite, nos jantares palacianos, com regulamentação através de decretos ou medidas provisórias. A quem interessa a manutenção?



Vivemos o maior desemprego da nossa história recente, uma crise econômica sem precedentes. Adiantou alguma coisa a renúncia fiscal? Há motivo de fomentar a economia? Não, ela atendeu a interesses do andar de cima. O maior déficit do nosso desequilíbrio é o da Previdência, não é o gasto da saúde. O gasto da saúde é fichinha perto do déficit da previdência. E, no déficit da Previdência, 30% das aposentadorias consomem quase 70% dos recursos, porque somos um país de injustiça, de iniquidades. É preciso ter a coragem de discutir aposentadorias do Legislativo, do Judiciário; as aposentadorias especiais; as aposentadorias dos militares, que se aposentam com 45 anos. Mas isso não está discutido, o que está discutido é: vamos passar a régua na despesa, não se pode gastar mais do que se arrecada.

A PEC é tão absurdamente estruturada que sequer considera dois fatores que, de cara, derrubam qualquer raciocínio de justiça social. Primeiro, ao se corrigir o orçamento da saúde pela inflação, desconsidera-se, deputado Doutor Wilson Batista – V. Exa. conhece bem o assunto –, que a inflação da saúde é 30%, 40%, em alguns anos 50% maior que a inflação geral. O IPCA da saúde, que é um indicador que já existe, é 30%, 40% acima do IPCA geral. Só de se corrigir ao longo de 20 anos, haverá um déficit monstruoso da capacidade de articulação das políticas da saúde.

Mas, para além disso, deputado Hely Tarquínio, há um dado óbvio: a população cresce. O IBGE projeta 20 milhões de vidas a mais para que o SUS tenha responsabilidade nesses 20 anos. Como cuidar? Vamos congelar o momento de hoje, deficitário, com problemas no SUS. Como congelar e imaginar que, daqui a 20 anos, com uma correção que não repõe a inflação na saúde, e com 20 milhões de vidas a mais, haverá qualquer chance de oferecer uma saúde digna para as pessoas?

Mais do que isso, no componente político, propõe-se mudar a Constituição em dois pilares que nos colocaram em outro patamar civilizatório, que é a saúde e a educação como direitos fundamentais da pessoa humana. Deixa-se de lado aquilo que é a principal salvaguarda desse direito, ainda tão maculado no nosso país, que são os mínimos constitucionais. Nós aqui denunciemos constantemente o déficit crônico do subfinanciamento da saúde. Como imaginar que, sem os mínimos constitucionais, aumentando a discricionariedade dos governos do Executivo sobre como gastar o dinheiro, haverá mais recursos para a saúde?

Escuto alguns arautos do futuro alvissareiro dizerem: “Agora iremos para uma democracia madura; nas democracias maduras é assim, o Congresso é que decide como vai gastar os recursos”. Ora, não somos uma democracia madura, não somos um país desenvolvido, somos um país com grandes buracos na assistência social, na equidade da cidadania. Um país com muitas injustiças. Os mínimos constitucionais eram garantias mínimas da busca desse direito constitucional conquistado pela sociedade brasileira na Constituição de 1988, que são desconsiderados numa discussão de 30 dias, sem a participação da sociedade, ao arripio da cidadania.

Não podemos ser favoráveis. Não vamos confundir o necessário ajuste fiscal para o País voltar a ter a perspectiva de um futuro para os seus filhos e netos com quebrar direitos e conquistas tão recentes na nossa Constituição. Não há futuro para o SUS, não há futuro para a saúde com a PEC nº 241.

Vamos apoiar a PEC nº 241, mas vamos aprovar emendas, vamos aprovar destaques, porque vários deles, no Congresso, permitiriam salvar a saúde. Existem destaques que propõem que o superávit, o que vai acontecer... Deputada Marília, a expectativa é mínima. Se crescemos a 1,5% ao ano, com a receita congelada, teremos superávits impressionantes em cinco, seis anos. Para onde vai esse dinheiro? A discricionariedade agora é do presidente, da sua equipe, não é mais o mínimo constitucional.

Existem projeções, deputado Rogério Correia, de que, hoje, dos países em desenvolvimento, já somos o que menos percentual do PIB aplica em saúde com recursos públicos. Hoje, 60% do gasto com saúde é privado. Na área pública, gastamos cerca de 4% do PIB. Em 10 anos, economistas do Ipea projetam que o nosso gasto público em saúde será de 2%, enquanto o Chile gasta 8%; a Argentina, 7%; alguns países passam de 10%. Como imaginar, como almejar uma sociedade mais justa e solidária sem saúde? Como imaginar um marco civilizatório de avanços sem saúde e educação?



Por isso é preciso, sim, alongar essa discussão, é preciso alertar a população, porque, na imagem que se coloca quando se diz sou contra a PEC nº 241, já vem o rótulo do empobrecimento do debate político, do binarismo imbecil que vige na discussão política. “Ah, então você é do PT. Então você é contra fulano.” Não se trata disso não. Trata-se de querer discutir e mostrar à população que existe um engodo, que existe uma mentira. A luz que se coloca, o foco que se coloca na PEC nº 241, na propaganda oficial, é de salvar o País. Queremos salvar o País, queremos ajuste fiscal. Apoiamos a Lei de Responsabilidade Fiscal, mas não precisamos fazer isso às custas da saúde e da educação. Lamento profundamente que existam deputados que transitaram pelo ambiente da saúde serem favoráveis à PEC. Lamento profundamente que um debate, que faz a revisão de dois pilares constitucionais, seja tocado dessa maneira no Congresso Nacional, sem a permeabilidade da discussão da sociedade. Lamento profundamente, porque tenho uma história de 30 anos dedicada à saúde pública, à vida pública, e quando minha aposentadoria se aproxima, tenho de assistir ao retrocesso pré-88 na área da saúde e da educação. Lamento profundamente se a PEC for aprovada dessa forma.

Quero, sem fazer prognósticos ou vaticinar o futuro, falar da nossa vivência e da nossa opinião, cristalizada por anos de luta no financiamento da saúde: vai piorar, pessoas morrerão, o Samu vai desestabilizar-se, os municípios, que já arcam com a maior parcela de ônus em relação ao financiamento do SUS, serão mais onerados. Porque, deputado Pimenta, é o gestor municipal que está lá com o cidadão. Quando a conta falta, quando o dinheiro falta, o cidadão bate à porta do gestor municipal, que já gasta em média, em Minas Gerais, mais de 20% de seu orçamento com saúde. É muito triste ver uma questão tão importante, insisto, o marco civilizatório da nossa história, que são os mínimos constitucionais da saúde e da educação, irem para o espaço, só porque temos de aprovar, a toque de caixa, o que vai regular a nossa sociedade por 20 anos. É quase uma história de SUS novamente, deputado Rogério Correia. É muito lamentável.

Não tenho otimismo, acho que a base do governo, num prazo tão curto, passará o rodo, na segunda e na terça-feira. Mas esperamos que, pelo menos, tenhamos uma atenção maior na discussão dos destaques e das emendas, já que concordamos, sim, que deve haver propostas e ajuste fiscal. Então que haja atenção suficiente no Congresso para que as emendas necessárias para salvaguardar as conquistas sociais não sejam jogadas pelo ralo nessa conversa rasa, sem nenhuma profundidade, sem nenhuma responsabilidade, que o Congresso toca nesse momento.

O deputado Rogério Correia (em aparte)* – Quero parabenizá-lo. V. Exa. expôs, sem nenhuma paixão partidária, um problema tão real. Esse é o tom do debate que precisamos fazer.

Li uma carta do D. Walmor, em que ele chama a atenção também para a PEC nº 241. D. Walmor não é petista nem tucano nem comunista. É o D. Walmor, que possui opiniões em diversos sentidos, por vezes de um lado ou de outro, mas sempre com uma visão social muito grande.

A carta dele vai explicando o que socialmente o pobre perde quando a desigualdade no País aumenta. Há até esse espírito entre os cristãos. De fato, é óbvio que, se você não vincula mais os recursos para a saúde e para a educação, a tendência é que esses serviços sejam diminuídos para quem mais precisa deles. A carta de D. Walmor vai nesse sentido. Ela também é um objeto, e não foi uma carta só dele, mas de toda a CNBB, que também soltou uma carta falando dos males da PEC nº 241, que está sendo manipulada pela maioria da mídia no sentido de que é inevitável, que o corte na saúde e na educação são inevitáveis. Mas, quando você olha o que vai para a saúde, em torno de 3,5%, e o que vai para a educação, mais 3,5%, você vê que os dois somados vão dar 7% do PIB e que 42%, 43% do PIB serão para pagamento de juros de dívida interna, ou seja, banqueiros, capital financeiro.

Eu citei agora o que chamam de “bolsa família dos empresários”. Então, você tem espaço no orçamento, onde esse não precisa ser o setor a ser atingido. Parabéns.

O deputado Antônio Jorge* – Obrigado, deputado. Precisamos corrigir o desastre da economia por que passamos, sanear as consequências nefastas de anos de irresponsabilidade fiscal, mas – insisto – não às custas da saúde. Obrigado.

* – Sem revisão do orador.



O deputado Sargento Rodrigues* – Sr. Presidente, Srs. Deputados e Sras. Deputadas, mais uma vez ocupo a tribuna desta Casa para trazer a nossa preocupação maior com a segurança pública em Minas Gerais. Quero aqui, presidente, chamar a atenção dos senhores e das senhoras para o porquê da nossa preocupação em Minas Gerais. Estamos acompanhando, Sr. Presidente, Srs. Deputados e Sras. Deputadas, a execução do orçamento na área de segurança pública do nosso estado, e isso, cada vez mais, nos preocupa. Mês a mês, fazemos um acompanhamento do atual governo.

Em um ano e nove meses de administração do governador Fernando Pimentel, estamos assistindo a um desmonte da segurança pública em Minas Gerais. E, nesse desmonte, o maior prejudicado é o cidadão, é o pagador de impostos, é a pessoa que trabalha todos os dias para pagar essa carga tributária altíssima. Além disso, Sr. Presidente, além desse prejuízo que o cidadão está sofrendo no dia a dia, há outro ator nesse cenário da segurança pública que nos preocupa muito: os servidores da segurança pública. Porque, Sr. Presidente, todas as vezes que os recursos da segurança pública diminuem, isso impacta diretamente na atividade do policial civil, do policial militar, do bombeiro e dos agentes penitenciário e socioeducativo.

V. Exa., deputado Hely Tarquínio, como médico, uma pessoa experiente na área da medicina – e isso tem a ver com a nossa fala de hoje –, sabe que a letalidade dos profissionais de segurança pública tem uma correlação direta à medida que os recursos são tirados da área. E por que falo isso, Dr. Hely Tarquínio?

Estamos aqui com a planilha das rubricas Investimento e Custeio da Polícia Militar, do Corpo de Bombeiros Militar, da Polícia Civil e da Secretaria de Estado de Defesa Social – Sedes –, que agora, há cerca de um mês, tem a nova denominação de Secretaria de Segurança Pública, o que demonstra mais um retrocesso do atual governo nessa área.

Nós fizemos hoje, Dr. Hely, uma audiência pública da Comissão de Segurança Pública aqui, neste Plenário, porque havia cerca de 500 agentes penitenciários, e este era o único local adequado para abrigá-los. Nesta audiência pública, ouvimos o jornalista Carlos Viana, que mostrou a sua visão de quem está do outro lado e demonstrou uma preocupação enorme com a falta de um projeto, de uma política de segurança pública efetiva por parte deste governo. Eu diria que não se cometem esses erros na administração pública, pois são gritantes. É uma miscelânea de movimentações, de mexidas, que acaba prejudicando o conjunto da segurança. Dr. Hely Tarquínio, a segurança pública não é para amadores. É a parte mais sensível do nosso estado. Sem ela não se consegue sequer fazer os demais discursos. Não é nem efetivar as demais políticas públicas. Porque não há educação se não houver um estado de normalidade e tranquilidade, pois o seu filho não vai à aula. E também você não tem saúde, porque as pessoas não conseguem ir e voltar ao posto de saúde ou hospital, se não houver segurança pública. Dr. Hely Tarquínio, em qualquer parte do mundo, a segurança pública deve ser tratada com absoluta seriedade, responsabilidade e, acima de tudo, com compromisso por parte do gestor.

Vou falar de alguns números para V. Exa. entender a nossa preocupação. Em 2014, na rubrica Custeio do Corpo de Bombeiros, que faz a máquina funcionar, o governo anterior destinou R\$47.000.000,00. Em 2015, esse valor caiu para R\$35.000.000,00 e, até a presente data, R\$22.000.000,00. O que é custeio? Eu denunciei várias vezes. Faltava cloro para tratar as piscinas do Corpo de Bombeiros para os profissionais fazerem treinamento. Os bombeiros precisam treinar constantemente. Faltava cloro, Dr. Hely Tarquínio! Quando chegamos na Polícia Civil, os números são estarrecedores. Em 2014, na rubrica Investimento, o governo fechou com R\$33.779.000,00. Em 2015, esse valor caiu para R\$5.074.000,00. Ou seja, de R\$33.000.000,00, fomos para R\$5.000.000,00. Agora, nos nove primeiros meses, na rubrica Investimentos da Polícia Civil, há R\$3.228,000. Vou repetir os números para que V. Exa. compreenda como a situação é estarrecedora. Em 2014, no governo anterior, havia R\$33.779.000,00 na rubrica Investimentos da Polícia Civil; em 2015, fechamento do primeiro ano do governo Fernando Pimentel, havia R\$5.074.000,00. Nos nove primeiros meses de 2016, R\$3.228,000. Em 2014, o custeio da Polícia Civil fechou em R\$199.000.000,00, tendo caído para R\$190.000.000,00 em 2015. Nos nove primeiros meses de 2016, esse valor foi para R\$72.000.000,00. Os números são gritantes, Dr. Hely.



Na Polícia Militar, os investimentos em 2014 foram R\$36.067.000,00; em 2015, R\$19.497.000,00, praticamente a metade. Agora, no fechamento do mês de setembro, os investimentos foram de R\$6.000.000,00. A continuar pela lógica, vão atingir, no máximo, R\$8.000.000,00. Ou seja, foram R\$36.000.000,00 em 2014; caíram para R\$19.000.000,00 e, se continuarem nessa sequência, serão R\$8.000.000,00 em 2016. Isso, na rubrica investimento da Polícia Militar.

Vamos ver os dados para a rubrica Custeio da Polícia Militar. A Polícia Militar é a única instituição que está nos 853 municípios, Dr. Hely Tarquínio, e em cerca de 200 distritos. O custeio em 2014 foi de R\$356.000.000,00 e caiu para R\$239.000.000,00, portanto cerca de R\$120.000.000,00 a menos. Agora, em 2016, caiu para R\$164.000.000,00 nos nove primeiros meses, ou seja, não vai atingir R\$200.000.000,00. Teremos uma diferença de mais de R\$150.000.000,00 em relação a 2014 e 2016 do custeio da Polícia Militar.

O governador está cortando onde não pode, está cortando recursos que fazem a máquina da Polícia Civil, da Polícia Militar, do Corpo de Bombeiros Militar e do sistema prisional funcionar. É algo inadmissível. Além dessa redução, Dr. Hely Tarquínio, da verba de investimento, do custeio das Polícias Civil e Militar, do Corpo de Bombeiros Militar e do próprio sistema prisional, temos uma promessa que o governador fez de que contrataria 12 mil policiais. Estará vencendo o segundo ano de governo em dezembro, e os primeiros 1.410 policiais militares vão chegar em janeiro.

As promessas que foram feitas são vergonhosas. Temos um desmonte absoluto. O governo não tratou o tema integração com a seriedade e a responsabilidade que deveria. Permitiu que grupos se organizassem, que se formassem grupinhos dentro das Polícias Civil e Militar, nos bombeiros e no sistema prisional. O governo do PT em Minas prestigiou panelinhas, grupos, em detrimento de todo o conjunto dos órgãos e de todo o pessoal da área de segurança pública – uma verdadeira aberração na administração pública.

Dr. Sabino, trocou-se o chefe da Polícia Civil três vezes em um ano e meio. Nesse período já haviam passado três chefes da Polícia Civil. Só não se trocou ainda o Comando da Polícia Militar porque o tal de Cel. Marco Antônio Badaró Bianchini é extremamente subserviente, vestiu a estrela do PT e a colou no peito. Como é subserviente e capacho, o governo o mantém no comando. Esse, sim, presta um serviço de altíssima relevância como puxa-saco do governador.

Há um desmonte total da segurança pública em Minas Gerais. Essa é a nossa grande preocupação com a segurança pública em Minas. A consequência da falta de equipamentos, de viaturas, de manutenção, de verba de custeio, de investimento é o crescimento da letalidade dos profissionais de segurança pública – dos bombeiros, da Polícia Civil, do policial militar e dos agentes do sistema prisional –, que estão morrendo nas mãos de marginais, porque houve a redução da capacidade de resposta. Reduzindo a capacidade de resposta, temos o mesmo efetivo, as mesmas viaturas para enfrentar um crime em escalada crescente. Esse é o verdadeiro quadro da segurança pública em Minas Gerais.

Mas quero aqui, deputado Hely Tarquínio, chamar a atenção de V. Exa. para uma questão.

Tomamos conhecimento de que o Partido dos Trabalhadores pretende realizar um encontro nesta Casa e, para tal, utilizará o Plenário desta Casa – coisa que vejo como absurda. Quero avisar ao presidente da Assembleia, o deputado Adalclever Lopes, que vamos ao Judiciário se isso perdurar. Vamos até o Judiciário. Estou aqui com uma propaganda de um aplicativo de celular: “O golpe e a desconstrução do Estado Democrático de Direito”. O evento está previsto para o dia 20, utilizando o Plenário desta Casa. No panfleto constam as logomarcas do PT e da CUT. Sr. Presidente Hely Tarquínio, peço atenção de V. Exa. e do deputado Dilzon Melo para a leitura da questão de ordem que faço, pois isso é muito grave. Vou ao Judiciário se o presidente da Assembleia permitir que o Plenário desta Casa seja utilizado em desacordo com o nosso Regimento Interno.

* – Sem revisão do orador.



MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATOS DA MESA DA ASSEMBLEIA

Na data de 17/10/2016, o Presidente, nos termos do art. 79, inciso VI, da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, e nos termos da Lei nº 21.732, de 28/7/2015, da Resolução nº 5.497, de 13/7/2015, c/c a Deliberação da Mesa nº 2.625, de 8/9/2015, assinou os seguintes atos relativos ao cargo em comissão de recrutamento amplo de assessor parlamentar, do quadro de pessoal desta Secretaria:

exonerando, a partir de 24/10/2016, José Maria Coradello, padrão VL-35, 6 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Duarte Bechir;

nomeando Maria Lúcia Fernandes Andrade Coradello, padrão VL-35, 6 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Duarte Bechir.

AQUISIÇÃO ATRAVÉS DE ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Número do Processo no Portal de Compras: 1011014 202/2016

Contratante: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: Queretaro Tecnologia de Proteção Ambiental Ltda. Objeto: lâmpadas tubulares LED. Dotação orçamentária: 1011-01.122.701-2.009.3.3.90(10.1). Licitação: Adesão à Ata de Registro de Preços do Pregão Eletrônico para Registro de Preços nº 18/2015, da Justiça Federal do Paraná.

AVISO DE LICITAÇÃO

Pregão Eletrônico nº 82/2016

Número do Processo no Portal de Compras: 1011014 191/2016

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais torna público que fará realizar em 7/11/2016, às 15h30min, pregão eletrônico do tipo menor preço, através da internet, tendo por finalidade a aquisição de discos rígidos para *storages*.

O edital se encontra à disposição dos interessados nos *sites* www.compras.mg.gov.br e www.almg.gov.br, bem como na Gerência de Compras, na Rua Martim de Carvalho, nº 94, 5º andar, Bairro Santo Agostinho, Belo Horizonte, onde poderá ser retirado, das 8h30min às 17h30min, mediante pagamento da importância de R\$0,10 por folha. Caso os interessados preferam, poderão solicitar cópia eletrônica gratuita do edital, desde que portem mídia própria.

Belo Horizonte, 21 de outubro de 2016.

Cristiano Felix dos Santos Silva, diretor-geral.